

Kleber Ávila Ribeiro

ribeirokleber68@gmail.com

Mestrando em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social pela Universidade Católica do Salvador (UCSal), com Graduação em Economia pela UCSal. Especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Salvador (UNIFACS), com MBA em Gestão de Cooperativas pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).

Jair Sampaio Soares Junior

jairsoaresjr@yahoo.com.br

Doutor, Mestre e Especialista em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com Especialização em Inteligência Competitiva pela UFBA e Graduação em Estatística pela Escola Superior de Estatística da Bahia (ESEB). Tem experiência nas áreas de Estatística e Marketing, com ênfase em Sistemas de Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: indicadores, sistemas de suporte à decisão, sistemas de informação de marketing, pesquisa de marketing e data mining.

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 – Capoeiruçu - CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

Revista Formadores
Caderno de Gestão e Negócios

O APL COMO INSTRUMENTO DE INDUÇÃO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DA CADEIA PRODUTIVA DA OVINOCAPRINOCULTURA NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO-BA

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo, levando-se em conta o atual estágio em que se encontra a cadeia produtiva da ovinocaprinocultura no município de Juazeiro-BA, mostrar a importância de se constituir um Arranjo Produtivo Local (APL) para a promoção do desenvolvimento social e econômico do território objeto deste estudo, mediante integração de todos os elos que constituem a cadeia produtiva (genética, carne e leite), tornando a atividade mais competitiva mediante inserção de seus produtos em novos mercados e da intercooperação com as demais unidades produtivas localizadas dentro do território baiano, com vistas a promover o desenvolvimento econômico sustentável da ovinocaprinocultura no município de Juazeiro-BA. A pesquisa transcorreu no período de janeiro a junho de 2019, foram aplicados questionários estruturados com 300 (trezentos) produtores rurais, o tratamento estatístico dos dados (primários e secundários) possibilitou a elaboração de gráficos, tabelas e mapas, considerando os sistemas de produção, formas de distribuição e comercialização dos produtos oriundos da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura no município de Juazeiro-BA. Durante a pesquisa pode-se concluir que a organização em APL da cadeia produtiva existente possibilitará a elaboração e implementação de um plano de ações desenvolvidas para o mercado consumidor nos principais centros de consumo, com ações de ativação de compra dos produtos derivados da ovinocaprinocultura juazeirense, visto que propiciará ampliação de novos mercados, posicionando as principais características dos produtos, permitindo melhores preços e conseqüentemente melhor rentabilidade nos processos de produção, processamento e comercialização dos produtos.

PALAVRAS-CHAVE:

Cadeia Produtiva. Arranjo Produtivo Local. Desenvolvimento Local. Ovinocaprinocultura. Desenvolvimento Rural.

RIBEIRO, Kleber Ávila; JUNIOR, Jair Sampaio Soares. **O APL como Instrumento de Indução ao Desenvolvimento Local: O Caso da Cadeia Produtiva da Ovinocaprinocultura no Município de Juazeiro-BA.** Revista Formadores - Vivências e Estudos, Cachoeira - Bahia, v. 12, n. 6, p. 22-46, out. 2019.

ABSTRACT

This study aims, taking into account the current stage of the sheep production chain in the municipality of Juazeiro-BA, show the importance of establishing a Local Productive Arrangement (LPA) for the promotion of social development. of the territory object of this study, by integrating all the links that constitute the productive chain (genetics, meat and milk), making the activity more competitive by inserting its products in new markets and intercooperation with the other productive units located inside. Bahia, with a view to promoting the sustainable economic development of sheep farming in the municipality of Juazeiro-BA. The research took place from January to June 2019, were applied structured questionnaires with 300 (three hundred) rural producers, the statistical treatment of data (primary and secondary) allowed the elaboration of graphs, tables and maps, considering the production systems, distribution and commercialization of products from the sheep production chain in the municipality of Juazeiro-BA. During the research it can be concluded that the APL organization of the existing production chain will enable the elaboration and implementation of an action plan developed for the consumer market in the main consumption centers, with activation actions for the purchase of juazeirense sheep products, since it will provide expansion of new markets, positioning the main characteristics of the products, allowing better prices and consequently better profitability in the processes of production, processing and marketing of products.

KEYWORDS:

Production Chain. Local Productive Arrangement. Local Development. Sheep Farming. Rural Development.

1. INTRODUÇÃO

A competitividade exigida pelo processo de globalização frequentemente impõe a implementação de atividades econômicas incompatíveis com as necessidades sociais de comunidades locais e com a dinâmica da natureza, assim como promove a concentração de assentamentos humanos e atividades econômicas (FAVARETO, 2007) Atualmente, um dos grandes desafios que se coloca para o desenvolvimento rural na região semiárida brasileira é identificar as oportunidades econômicas que se apresentam para os produtores rurais. Nas áreas mais secas dos sertões, historicamente, a ovinocaprinocultura sempre desempenhou um papel importante na economia local e regional, e constituiu-se em uma das principais atividades da agricultura familiar. Em vários estudos das cadeias produtivas regionais, esse segmento produtivo é relegado a uma posição marginal, quando não é apontado como entrave ao desenvolvimento dos segmentos produtivos do agronegócio nacional.

A atividade da ovinocaprinocultura se faz presente em todo o Estado da Bahia, encontrando-se mais concentrada na região semiárida. Tal região caracteriza-se por apresentar adversas condições edafoclimáticas para prática de qualquer atividade agropecuária. Contudo, devido à facilidade de se adaptar às características de qualquer bioma em que estejam inseridos, ovinos e caprinos se adaptaram e se desenvolveram muito bem às características do semiárido, especificamente àquelas existentes no bioma caatinga. Atualmente a Bahia detém o maior rebanho de caprinos e ovinos do País, fazendo com que o Governo do Estado firmasse parcerias com o Governo Federal, visando à consecução de políticas públicas com o objetivo de melhorar a qualidade de vida, através do aumento da renda dos pequenos produtores rurais e suas famílias, fixando o homem no campo e tornando sua atividade viável economicamente.

O município de Juazeiro-BA, localizado na região Norte do Estado, na divisa com o Estado de Pernambuco, detém o segundo maior rebanho estadual (IBGE, 2016). Tradicionalmente, a ovinocaprinocultura no território em estudo é desenvolvida, em sua maioria, por agricultores familiares, em um sistema extensivo, associada a práticas tradicionais de manejo alimentar e sanitário, levando à produtividade de baixa eficácia da ovinocaprinocultura de corte (IBGE, 2016).

A ovinocaprinocultura se reveste de especial importância social e econômica para os ecossistemas do semiárido brasileiro, dadas às poucas alternativas econômicas para a região (LIMA; BAIARDI, 2001).

Estudos revelam que apesar da definição de objetivos sociais e ecológicos que contemplem as discussões sobre a sustentabilidade no desenvolvimento regional, é recorrente a operacionalização de objetivos econômicos de forma a fragilizar as dimensões sociais e econômicas na implementação de programas estatais que visem viabilizar a ovinocaprinocultura no município de Juazeiro-BA. Surge assim, a necessidade de repensar o desenvolvimento regional para além dos interesses econômicos hegemônicos, buscando como fundamento a valorização da cultura, da dinâmica da natureza e os interesses legítimos das comunidades locais no processo produtivo.

De acordo com IBGE (2016), o rebanho de caprinos encontrava-se acima de 9 milhões de cabeças. A Região Nordeste é responsável por 90,0% do plantel, o Estado da Bahia é o detentor do maior rebanho da região (36,6%), cabendo aos municípios baianos de Casa Nova e Juazeiro os maiores plantéis de caprinos, respectivamente.

Face à posição de destaque que ocupa em escala regional, a pesquisa justifica-se pelo fato de Juazeiro ser o segundo maior produtor de caprinos e ovinos do Nordeste, e a ovinocaprinocultura juazeirense se revestir de importância econômica para os produtores rurais envolvidos nos seis elos constitutivos da cadeia produtiva (fornecedores de insumos, distribuidores de insumos, pecuaristas de corte e leite, indústria processadora, distribuidores atacadistas e varejistas). Embora a maioria dos criadores pratique a atividade de modo extensivo e com o uso de práticas tradicionais, a cadeia produtiva possui relativa organização e envolvimento de instituições, públicas e privadas, que através de projetos e programas buscam criar sustentabilidade para o desenvolvimento da atividade.

Face o exposto, levando-se em conta o cenário atual que a cadeia produtiva da ovinocaprinocultura juazeirense se encontra, o desenvolvimento de um Arranjo Produtivo Local (APL) constitui-se

importante instrumento para a promoção do desenvolvimento social e econômico do território em estudo, mediante integração de todos os elos que constituem a cadeia produtiva (genética, carne e leite), tornando a atividade mais competitiva mediante inserção de seus produtos em novos mercados e da intercooperação com as demais unidades produtivas localizadas dentro do território baiano, com vistas a promover o desenvolvimento econômico sustentável da ovinocaprinocultura no município de Juazeiro-BA.

2. METODOLOGIA

Para elaboração do presente estudo, realizou-se uma coleta de dados secundários acerca dos plantéis de caprinos e ovinos existentes no município de Juazeiro-BA e em seus oito sub-territórios (Abóbora, Carnaíba, Itamotinga, Junco, Juremal, Massaroca, Pinhões e Juazeiro), mediante consulta no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e em sua base de dados agregados, denominada Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Além de quantificar essa base de dados, a consulta teve por objetivo localizar a área geográfica onde se desenvolve a ovinocaprinocultura juazeirense.

Também foram realizadas consultas a sites especializados, artigos, livros, teses e dissertações sobre a temática proposta na pesquisa.

Foram coletados dados junto aos produtores rurais dos 8 (oito) sub-territórios que constituem o município de Juazeiro-BA, que tem na ovinocaprinocultura seu principal meio sustento e junto às instituições que servem de fomento e regulamentam a atividade. A pesquisa conseguiu atingir 300 (trezentos) criadores residentes no território objeto deste estudo.

O tratamento estatístico dos dados (primários e secundários) possibilitou a elaboração de gráficos, tabelas e mapas, considerando os sistemas de produção, formas de distribuição e comercialização dos produtos oriundos da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura no município de Juazeiro-BA.

A coleta de dados primários se deu através de pesquisa de campo realizada entre os meses de janeiro a junho de 2019, contando com o apoio do SEBRAE Juazeiro e do Bioma Caatinga foi possível aplicar questionários e realizar entrevistas junto aos produtores de ovinos e caprinos, técnicos e pesquisadores das instituições de pesquisa e regulamentatórias envolvidas com a caprinovinocultura juazeirense. Em maio de 2017, o autor participou como ouvinte do Seminário sobre o Estudo do Complexo Agroindustrial da Ovinocaprinocultura Brasileira realizado na cidade de João Pessoa-PB. Tais informações permitiram elaborar, de forma didática, a presente pesquisa.

Para elaboração da pesquisa foi necessária utilização de procedimento empírico para entender a realidade da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura no município de Juazeiro. Durante 30 dias foram realizadas visitas aos produtores rurais dos 8 (oito) sub-territórios de Juazeiro, neste período foram realizadas reuniões, entrevistas informais, visitas às feiras livres, curtumes, acompanhamento do cotidiano dos criadores e dos demais constitutivos da cadeia produtiva.

3. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS

3.1. Processo de globalização e território

Os debates acerca da territorialização adquiriram maior importância a partir da década de 1990, sobretudo quando se trata de discussões sobre questões agrárias nos mais variados níveis e escalas, atreladas à outras atividades socioeconômicas (FONTE)

O início do século XX foi marcado pelo crescimento da economia, da política e das relações institucionais em nível global, fato que passou a exigir uma resposta local face ao acirramento da competição entre territórios e suas múltiplas escalas. Inicia-se um novo paradigma mundial: a globalização da economia e das sociedades. A partir de então, de forma contínua, os mercados e os sistemas produtivos começam a adquirir dimensões globais, fazendo com que os estados abandonem seu pragmatismo político e passem a optar pela elaboração de políticas que venham estimular organizações inovadoras, com novas informações, mediante o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e transporte, de modo a facilitar e reforçar a interação entre as organizações.

O processo de globalização significa maior concorrência no mercado, o que exige ajustes contínuos nos sistemas produtivos dos países, regiões e cidades imersas no processo. Como as empresas não competem sozinhas, mas sim dentro do contexto de seu ambiente produtivo e institucional, a globalização promove novas formas de organização dos sistemas locais e regionais, de acordo com a nova divisão internacional do trabalho (VÁZQUEZ-BARQUERO, 2002, p.18).

Face a esse cenário de competição entre organizações e territórios, soluções inovativas mais flexíveis vem sendo criadas e novos espaços produtivos, como cidades e regiões, surgem para dar respostas estratégicas que lhes permitam superar as dificuldades impostas pela acirramento da concorrência entre os mercados. Segundo Vázquez-Barquero (2002), “[...] deve-se mais uma vez responder à questão da dinâmica produtiva e desenvolvimento, ou seja, de quais fatores determinam os processos de acumulação de capital, de forma a satisfazer as necessidades e demandas dos cidadãos.”

3.1.1. O processo de globalização

A princípio, o processo de globalização pode ser entendido por intermédio da utilização de indicadores de crescimento econômico. Entre as principais tendências está a abertura econômica que favoreceu ao aumento das relações de troca entre países, que intensificou o comércio internacional entre diferentes regiões do mundo, promovendo a internacionalização dos sistemas

de produção, a redução da participação econômica dos Estados e o aumento da participação das grandes corporações transnacionais na consecução e elaboração de políticas econômicas comerciais dos Estados, tirando proveito da localização em decorrência da integração entre países, favorecendo a liberalização para inserção de seus bens e serviços em novos mercados. As soluções inovadoras, no âmbito dos sistemas de comunicação e transporte, possibilitam a integração dos mercados e o escoamento da produção das corporações transnacionais, além de reduzir os custos das relações de troca e de produção.

[...] a globalização, associada internacional troca de bens e serviços e da internacionalização do capital e produção, não é nova. No entanto, a novidade da globalização atual é o fato de que a internacionalização dos mercados e da produção é associados com o aumento do uso de novas tecnologias de informação. A globalização de hoje difere claramente de experiências anteriores caracterizadas pela procura de matérias-primas ou novos mercados. O novo processo é reforçado por formas mais flexíveis de organização da produção, a formação e desenvolvimento de sistemas firmes e estratégico internacional de alianças, que, por sua vez, levam à criação de redes globais. (VÁZQUEZ-BARQUERO, 2002, p.20).

A globalização institucionalizou uma nova ordem econômica mundial e uma nova divisão internacional do trabalho. Os países industrializados passariam a liderar a economia mundial, pois praticam políticas comerciais que favorecem a entrada de fluxos de capital internacional e seus sistemas de produção encontram-se interligados por intermédio das relações de trocas de bens e serviços e de fatores de produção, como mão-de-obra e capital. Diante deste cenário, para evitar sua exclusão da nova ordem econômica mundial, resta às demais economias do mundo, em especial, dos países periféricos, aceitar as regras do livre comércio e da livre concorrência impostas pelos países industrializados. Portanto, pode-se salientar, que o processo de globalização impõe condições econômicas na dinâmica das cidades, de regiões e de localidades, que, por sua vez, acabam sofrendo influência pelo comportamento dos agentes econômicos locais.

O referido processo teve início nos primórdios da humanidade, uma vez que, nesta época, os países já estabeleciam relações de troca uns com os outros. Contudo, somente a partir de meados da década de 1990, quando do surgimento de novos processos produtivos que o conceito de globalização passou a ser amplamente difundido.

De acordo com a OCDE (1999), o processo de reestruturação da cadeia produtiva mundial, iniciado na década de 1970, que marcou o início de um novo período da economia internacional tinha chegado ao seu final. Inicia-se uma revolução tecnológica que, de forma gradativa, começa implementar novos marcos regulatórios na economia e na sociedade tanto em países industrializados como em vias de desenvolvimento.

O processo de globalização exerce efeitos em setores econômicos e nos territórios, o fenômeno provoca o aumento da competição entre os mercados, exigindo das economias locais o desenvolvimento de soluções inovadoras que lhes permitam amenizar os efeitos oriundos da concorrência global. Assim sendo, a reestruturação da cadeia produtiva nas diversas escalas tende a ser um processo contínuo que deve perdurar a partir da década de 1990.

Para Silva (2006, p.148), o território expressa, em um determinado momento, um complexo e dinâmico conjunto de relações socioeconômicas, culturais e políticas, historicamente desenvolvidas e contextualmente especializadas, incluindo sua perspectiva ambiental.

Os territórios assim identificados possuem conflitos de interesse, mas tendem, potencialmente, a implementar laços de coesão e solidariedade estimulados e dinamizados pelo crescimento das competitivas relações entre diferentes unidades territoriais no contexto da globalização. (SILVA, 2006, p.149).

A reestruturação da cadeia produtiva e o processo de globalização, em resumo, exercem impactos diretos nos processos produtivos de qualquer região no mundo, sejam elas industrializadas ou não, bem como em estados supranacionais, regiões e localidades independente de seu tamanho, onde algumas conseguem desenvolver-se mais do que outras. Segundo Benko e Lipietz (1992), o grau de desenvolvimento dos territórios dependerá de sua capacidade de ofertar recursos humanos e naturais, da estrutura de sua cadeia produtiva, da sua estrutura institucional e de sua posição face à economia mundial.

3.1.2 Conhecendo o território: aspectos geográficos e populacionais

Localizado a margem direita do rio São Francisco a 368m de altitude na região Norte do Estado da Bahia, distante aproximadamente 500 km da capital, o município de Juazeiro, como pode ser observado na figura 1, possui a totalidade de seu território dentro do semiárido nordestino. Dispõe de uma área total de 6.500,6 km² e é constituído por 8 (oito) sub-territórios - Abóbora, Carnaíba, Itamotinga, Junco, Juremal, Massaroca, Pinhões e Juazeiro, conforme disposto no quadro 1. Segundo IBGE (2010), Juazeiro possui 197.965 habitantes, dos quais 81,2% são residentes da zona urbana e densidade demográfica de 30,67 hab/km². Pertence à Mesorregião geográfica do Vale São-Franciscano da Bahia e à Microrregião de Juazeiro, conforme figura 1, além de fazer parte da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) do polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA, que é constituída pelos municípios baianos de Casa Nova, Juazeiro, Curaçá e Sobradinho, além dos pernambucanos, Petrolina, Lagoa Grande, e Orocó.



Figura 1: foto da cidade de Juazeiro-BA
Fonte: Prefeitura Municipal de Juazeiro, 2013

Considerado as unidades de planejamento delimitadas pelo governo da Bahia, Juazeiro pertence

ainda ao Território de Identidade Sertão do Francisco, como demonstra a figura 2, território este que conta com área de 61,7 mil km², constituído pelos municípios de Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Curaçá, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho, Uauá e Canudos. Através da pesquisa, mediante consulta ao SEBRAE, constatou-se que a população estimada residente dentro do Território de Identidade Sertão do Francisco é de aproximadamente 522 mil habitantes. Destes, 122 mil são residentes da zona rural, onde o clima é o semiárido, a vegetação de caatinga, índice pluviométrico entre 390 mm e 585 mm e uma temperatura de 24,2° C, aproximadamente. (IBGE, 2016).

Apesar de apresentarem números significativos dentro da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura nacional, o rebanho de ovinos e caprinos do território identidade Sertão do Francisco-BA apresenta um baixo nível de desempenho. Atribui-se a este fato, a defasagem tecnológica e o uso de práticas tradicionais que caracterizam o modo de produção, visto que, os plantéis, em sua maioria, são vistos como unidades de economia de subsistência voltada para atender às necessidades de consumo familiar através da venda de seus excedentes.

Sub-território	Comunidades	(%) Participação	População Rural	Número de Famílias	Média de pessoas por família
Abóbora	6	4,6	3.562	886	4,33
Carnaíba	14	10,8	5.173	1.240	4,35
Itamotinga	42	32,3	14.848	3.819	3,85
Junco	33	25,4	9.422	2.586	5,96
Juremal	9	6,9	2.182	664	3,44
Massaroca	10	7,7	2.624	668	3,8
Pinhões	16	12,3	3.159	778	4,12
Juazeiro	130	100	40.970	10.641	4,26

Tabela 1: Nº de comunidades rurais por sub-territórios, participação relativa, população rural, nº de famílias e média de pessoas por família

Fonte: IBGE (2016); elaboração próprio autor (2018)

Em conjunto com o município pernambucano de Petrolina, Juazeiro constitui o maior aglomerado urbano existente na região semiárida, vindo a funcionar como elemento catalizador de desenvolvimento para outras localidades existentes em seu entorno. Essa mudança foi iniciada a partir da década de 1970, cujos efeitos se estenderam à década seguinte, quando da implantação de projetos de irrigação no município, mediante ação conjunta do governo federal em parceria com CODEVASF, trazendo desenvolvimento e contribuindo para gerar riquezas no sertão. O conjunto de ações provocou uma mudança no tecido social local, antes voltada para a prática da pecuária extensiva, realizada com práticas tradicionais de manejo, e na agricultura familiar de subsistência, hoje voltada para a prática da fruticultura irrigada realizada nas áreas abrangidas pelos perímetros de irrigação. Tais mudanças provocaram a migração de pessoas de todas as

partes do país, que vislumbravam novas oportunidades de trabalho na região do submédio São Francisco.

Juazeiro faz limite territorial com os municípios de Jaguarari, Sobradinho, Curaçá, Campo Formoso e Petrolina, localizada à margem esquerda do rio São Francisco no Estado de Pernambuco.

Segundo dados fornecidos pela SIR (2013) e pela SEAGRI (2014), existem dentro do município de Juazeiro cinco perímetros de irrigação, o Mandacaru, Maniçoba, Tourão, Salitre e Curaçá.

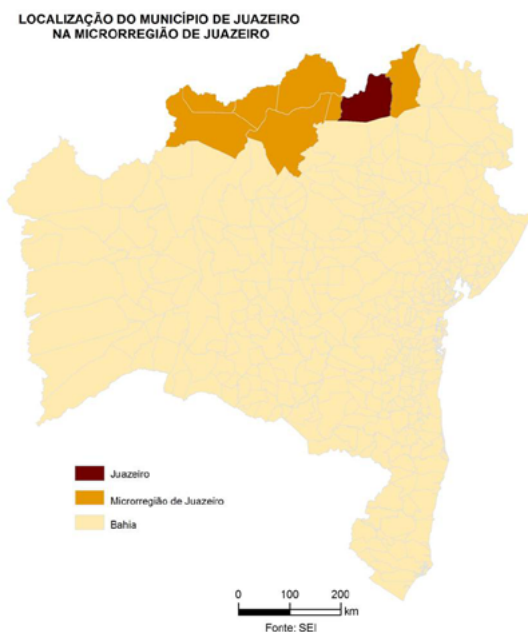


Figura 2: Localização do município de Juazeiro na Microrregião de Juazeiro

Fonte: SEI, 2013

4. O APL COMO INSTRUMENTO DE INDUÇÃO

4.1 Noções introdutórias

No Brasil, as discussões acerca da constituição de APL como elemento catalizador para promover o desenvolvimento de determinadas localidades com atividades congregadas em torno de um produto ou atividade, adquiriram maior importância a partir da década de 1980 prologando-se até início do presente milênio. Este período caracterizou-se pela dificuldade de refinanciamento da dívida externa e da dívida pública, que terminou culminando no crescimento da espiral inflacionária, na redução significativa dos níveis de emprego e desvalorização cambial.

Diante deste cenário, segundo Caporali (2004), os APLs, disseminados por praticamente todo o território nacional, mantiveram em suas regiões, a economia funcionando, com baixo nível de desemprego e uma dinâmica capitalista embrionária.

A partir de então, a consecução de políticas para criação de APL's tornou-se oportunidade histórica para o País elaborar políticas públicas de desenvolvimento econômico e social direcionadas para desenvolvimento de segmentos, até então, colocados numa situação marginal daqueles segmentos considerados formais, iniciando-se estratégias com vistas a promover o desenvolvimento de regiões localizadas em áreas mais remotas do território nacional, favorecendo o surgimento de ações inovadoras que favorecessem ao aumento de competitividade de tais regiões.

Ao longo dos últimos anos, o conjunto de fatores que contribuiu para disseminação dos APL's em todas as regiões do Brasil, sofreu alterações significativas, em alguns casos, chegando a por risco a própria sobrevivência.

As formulações metodológicas não foram aprofundadas, nem o conceito e seus elementos constitutivos; cristalizou-se a visão de Arranjos Produtivos Locais como uma estratégia a parte, carecendo, em muitos casos, de convergência com as demais políticas do Governo Federal e as diretrizes de atuação das instituições não governamentais; o processo de formação de quadros para dar conta da complexidade do processo de desenvolvimento dos APLs foi interrompido; e uma visão idealizada dos percursos atenuou o grau de dificuldade dos desafios. (CAPORALI, 2004, p.25).

Torna-se imprescindível aprimorar as ferramentas necessárias à consecução de políticas públicas de desenvolvimento econômico e social, repensar o arcabouço metodológico e conceitual sobre APL's, escolher de forma criteriosa o alvo da política, fazer com que as instituições que não conseguiram progredir na estratégia, e constituir quadro de profissionais competentes de elaborar, implementar e operar a política pública que vise o desenvolvimento sustentável de APL's. Segundo Caporali (2004), há, também, necessidade de articulação efetiva e constante, com ampliação de integração de ações e políticas governamentais, para que a política seja exitosa e as vantagens do enfoque em APLs, aproveitadas; incentivo e maior interlocução entre estados e municípios e a participação desses no desenvolvimento do APL.

Conceitualmente, os arranjos produtivos locais podem ser definidos como sendo aglomerações de empresas existentes num determinado território, atuando no mesmo ramo atividade ou que apresentem especialização produtiva semelhante e que desenvolvam algum vínculo de cooperação, aprendizagem, articulação e interação entre os agentes econômicos locais. Vale ressaltar, que os vínculos tornam-se importantes para estimular o potencial inovativo endógeno com vistas a aumentar a competitividade e a promoção do desenvolvimento local.

APL's são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos, mesmo incipientes. Envolve participação e interação de empresas – desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também instituições públicas privadas voltadas para formação e capacitação de recursos humanos (escolas técnicas e universidades), pesquisa, desenvolvimento e engenharia, política, promoção e financiamento. (REDESIST, 2003, p.3).

Os APL's tem sua constituição fundamentada nas questões históricas e nos vínculos territoriais (regionais e locais), levando-se em conta as especificidades locais de aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos. O seu desenvolvimento está mais suscetível ao êxito quando se dá em um ambiente propício à inovação, à intercooperação e à interação entre os agentes econômicos envolvidos no processo.

4.1.1 Características do APL

Na maioria dos casos, a constituição de APL's, em determinadas regiões, ocorre face ao enraizamento local motivado pelas vantagens competitivas ali existentes. Por sua vez, tais vantagens são atreladas à cooperação e à interação para troca de experiências e conhecimentos adquiridos. Segundo LASTRES (2003), e, graças a elas, pequenas e médias empresas enraizadas em seu local de origem se tornariam mais capacitadas a competir com grandes empresas globais.

Segundo CASSIOLATO (2003), o que caracterizam os APL's são:

- **Dimensão territorial:** Na abordagem dos APL's, a dimensão territorial constitui recorte específico de análise e de ação política, definindo o espaço onde processos produtivos, inovativos e cooperativos têm lugar, tais como: município ou áreas de um município; conjunto de municípios; micro-região; conjunto de micro-regiões, entre outros. A proximidade ou concentração geográfica, levando ao compartilhamento de visões e valores econômicos, sociais e culturais, constitui fonte de dinamismo local, bem como de diversidade e de vantagens competitivas em relação a outras regiões.
- **Diversidade de atividades e atores econômicos, políticos e sociais:** os APL's geralmente envolvem a participação e a interação não apenas de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas formas de representação e associação, como também de diversas outras organizações públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento. Aí incluem-se portanto universidades, organizações de pesquisa, empresas de consultoria e de assistência técnica, órgãos públicos, organizações privadas e não governamentais, entre outros.
- **Conhecimento tácito:** nos APL's, geralmente verificam-se processos de geração, compartilhamento e socialização de conhecimentos, por parte de empresas, organizações e indivíduos. Particularmente de conhecimentos tácitos, ou seja, aqueles que não estão codificados, mas que estão implícitos e incorporados em indivíduos, organizações e até regiões. O conhecimento tácito apresenta forte especificidade local, decorrendo da proximidade territorial e/ou de identidades culturais, sociais e empresariais. Isto facilita sua circulação em organizações ou contextos geográficos específicos, mas dificulta ou mesmo impede seu acesso por atores externos a tais contextos, tornando-se portanto elemento de vantagem competitiva de que o detém.
- **Inovação e aprendizado interativos:** nos APL's, o aprendizado interativo constitui fonte fundamental para a transmissão de conhecimentos e a ampliação da capacitação produtiva e inovativa das empresas e outras organizações. A capacitação inovativa possibilita a introdução de novos produtos, processos, métodos e formatos organizacionais, sendo essencial para garantir a competitividade sustentada dos diferentes atores locais, tanto individual como coletivamente.
- **Grau de enraizamento** – Envolve geralmente as articulações e envolvimento dos diferentes agentes dos APL's com as capacitações e os recursos humanos, naturais, técnico-científicos,

financeiros, assim como com outras organizações e com o mercado consumidor locais. Elementos determinantes do grau de enraizamento geralmente incluem: o nível de agregação de valor, a origem e o controle das organizações e o destino da produção (local, nacional e estrangeiro).

4.1.2 Governança

Segundo CASSIOLATO e LASTRES (2003), governança refere-se aos diferentes modos de coordenação entre os agentes e atividades, que envolvem da produção à distribuição de bens e serviços, assim como o processo de geração, disseminação e uso de conhecimentos e de inovações. Existem diferentes formas de governança e hierarquias nos sistemas e arranjos produtivos, representando formas diferenciadas de poder na tomada de decisão (centralizada e descentralizada; mais ou menos formalizada).

O crescimento da ovinocaprinocultura em diversos estados e regiões do Brasil contribuiu para o surgimento de diversas instituições técnicas que prestam apoio e fomentam o desenvolvimento da cadeia produtiva. Toda essa pujança exige esforço de colaboração institucional que não está existindo de forma integrada no País, segundo SEBRAE MDIC (2013).

O ambiente organizacional segundo os Estudos do Complexo da Ovinocaprinocultura no Brasil não tem constituída uma única liderança institucional que coordene todas as ações desenvolvidas no setor. (SEBRAE MDIC, 2013).

Segundo pesquisa de campo realizada no estudo, a falta de integração entre as instituições no Brasil resulta principalmente da baixa quantidade de informações e registros disponíveis sobre a atividade e pelo fluxo de comunicação ineficiente entre as instituições.

O setor não consegue produzir dados estatísticos e informações de mercado que não são disseminados de forma eficaz entre os elos constitutivos da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura. A coleta e manutenção de registros por parte do produtor rural, bem como o uso de informações e de dados estatísticos, não é prática usual no País o que termina por comprometer o desenvolvimento equilibrado do setor e a sustentabilidade dos produtores.

Dessa forma o Brasil apresenta um cenário de Coordenação Institucional e Governança onde ações são promovidas pelas diversas instituições integrantes do complexo, porém na maioria das vezes de forma individual com baixa integração horizontal e/ou vertical com outras instituições e elos da cadeia, limitando os resultados e a distribuição de benefícios para esses elos e consequentemente para a sociedade em geral. (SEBRAE MDIC, 2013).

4.2.1 Apoios técnicos-científicos

Com o objetivo de promover a estruturação e o desenvolvimento da cadeia produtiva no município de Juazeiro por meio do DRS – Desenvolvimento Rural Sustentável, com vistas a propiciar melhoria na organização social e o empoderamento dos produtores envolvidos com a ovinocaprinocultura.

Encontra-se presente em Juazeiro a Universidade do Estado da Bahia (UNEB); a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); além de outras Universidades particulares e/ou que oferecem cursos de EaD (Ensino a Distância). Há duas escolas técnicas, o Instituto Federal da Bahia (IFBA) e o Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão São Francisco (CETEP).

Também atuam fortemente a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA Semiárido), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas e Empresas (SEBRAE) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

O município é palco para a atuação de diversas Organizações Não Governamentais (ONGs) como a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA Brasil), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), e que possuem desde parceiros nacionais até internacionais.

4.1.2 Apoios institucionais

Além de instituições não governamentais que atuam no âmbito do município de Juazeiro, existem outras instituições governamentais das esferas municipal, estadual e federal.

Quanto às instituições privadas envolvidas com a cadeia produtiva da ovinocaprinocultura, Juazeiro conta com: dois abatedouros/frigoríficos, o Abatal Abatedouro Almeida Ltda, que realiza o abate, e o Lamm Agropecuária Ltda, que realiza o abate e armazena; o curtume Campelo Indústria e Comércio Ltda; além de duas Casas de Ração e uma Casa de Vacina.

Dentre as instituições públicas governamentais, as mais atuantes no município de Juazeiro estão: Companhia Hidroelétrica do Vale do São Francisco (CHESF), Petrobras, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB), Companhia de Engenharia Rural da Bahia (CERB), Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional do Estado da Bahia (CAR), Centro de Desenvolvimento Agrário (CDA), Federação de Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (FAEB), Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), Instituto de Meio Ambiente (IMA), e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

4.2 Fazenda Icó: uma tentativa de indução à cadeia produtiva da caprinovinocultura como APL

Localizada no sub-território de Itamotinga, a comunidade de Barra Bonita encontra-se ao lado da

BA 210 distante 70 km da sede do município de Juazeiro. A região onde está situada apresenta como características, o clima semiárido, água salobra, solos de baixa fertilidade, relevo plano e suave, predominância da vegetação de caatinga, com presença de raleamento em alguns pontos.

Nesta localidade há um nítido contraste social, de um lado, um sistema de produção agrícola intensivo dotado de recursos tecnológicos, voltado para atender projetos voltados para o desenvolvimento da fruticultura irrigada, e do outro, um sistema tradicional voltado para agricultura familiar, explorando mais a pecuária extensiva e agricultura de sequeiro para atender às necessidades de subsistência das unidades familiares.

Em 2003, em parceria com a Prefeitura Municipal de Juazeiro, o SEBRAE selecionou a comunidade de Barra Bonita e outras comunidades circunvizinhas para serem beneficiárias do Projeto APRISCO. O objetivo do projeto é promover a organização e o desenvolvimento da atividade da ovinocaprinocultura na região, com vistas a alcançar aumento da competitividade e propiciar, através do aumento da oferta, a inserção de produtos e subprodutos oriundos da ovinocaprinocultura no mercado nacional.

Segundo IBGE (2010), a região Nordeste concentrava 53,0% do rebanho de caprinos e ovinos do Brasil, e o Estado da Bahia, 21,0% do rebanho nacional. Como pode ser observado nos gráficos 1 e 2, a microrregião de Juazeiro é considerada a maior produtora, com 47,0% do rebanho de caprinos, e 27,0% do rebanho de ovinos.

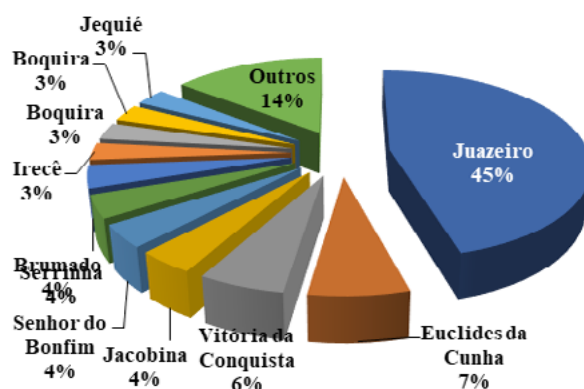


Gráfico 1: Distribuição da produção do rebanho de caprinos no Estado da Bahia

Fonte: IBGE, 2010; elaboração próprio autor, 2014

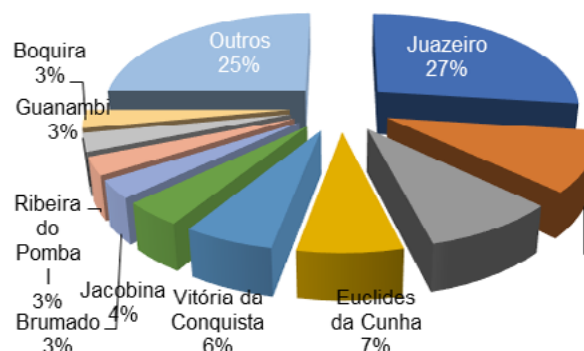


Gráfico 2: Distribuição da produção do rebanho de ovinos no Estado da Bahia

Fonte: IBGE, 2010; elaboração próprio autor, 2014

A comunidade de Barra Bonita e a região do seu entorno conta com um rebanho de ovinos e caprinos de 77 mil cabeças, com predominância de caprinos.

Em 2003, durante a primeira visita realizada por técnicos do projeto APRISCO, foi feito um levantamento inicial junto à comunidade e constatou-se a existência de um único poço para abastecimento familiar, uma barragem para armazenamento de água e uma lagoa natural com pouca água, suficientes apenas para o consumo humano e dos animais.

No ano seguinte, em 2004, a SECOMP efetuou diagnóstico de sistemas agrários e confirmou a dura realidade em que se encontra os produtores locais.

A maioria das famílias possuía uma área com aproximadamente 60 hectares, pequena parte da propriedade era destinada ao cultivo hortaliças e outros animais, tais como; porcos e galinhas; a outra parte, denominada fundos de pastos, área de uso comum e de produção coletiva, destinada à criação de animais da família e dos vizinhos. Para melhor entendimento do que vem a ser fundos de pastos, segundo Alcântara e Germani (2010, p.13).

Pode-se entender o Fundo de Pasto como uma experiência de apropriação de território típico do semiárido baiano caracterizado pelo criatório de animais em terras de uso comum, articulado com as áreas denominadas de lotes individuais. Os grupos que compõem esta modalidade de uso da terra criam bodes, ovelhas ou gado na área comunal, cultivam lavouras de subsistência nas áreas individuais e praticam o extrativismo vegetal nas áreas de refrigério e de uso comum. São pastores, lavradores e extrativistas. São comunidades tradicionais, regulamentados internamente pelo direito consuetudinário, ligados por laços de sangue (parentesco) ou de aliança (compadrio) formando pequenas comunidades espalhadas pelo semi-árido baiano.

A atividade da ovinocaprinocultura na comunidade de Barra Bonita reveste-se de importância econômica para os produtores rurais, pois a maioria, cerca de 40,0%, vivem direta ou indiretamente com a renda gerada pela ovinocaprinocultura, que lhes rendiam, em média, parques R\$ 80,00/mês. A renda era complementada com outras atividades, tais como: venda de peles e esterco, leite, criação de bovinos, aves, trabalho assalariado e transferências de programas sociais e recursos da aposentadoria.

Empresas ligadas à fruticultura irrigada, instaladas nas proximidades, absorvem como mão-de-obra muitas pessoas residentes na comunidade de Barra Bonita. Durante a pesquisa, constatou-se, que a maioria das famílias possuíam dois aposentados em casa.

Embora com todas as adversidades, pode-se notar que durante a prática de atividades produtivas a existência de um clima de convivência solidária entre os residentes, mesmo entre aqueles residentes em pontos mais distantes. Esta relação favoreceu a participação de todos na implantação do Projeto APRISCO.

A implantação do projeto teve como desafio a organização da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura na localidade. Quando de sua implantação, os produtores rurais puderam perceber que a responsabilidade de mudança de suas vidas encontrava-se em suas mãos.

Apesar das grandes distâncias, a participação dos grupos constituídos na comunidade de Barra Bonita e adjacências destacou-se pela participação e assiduidade dos produtores rurais na implementação de ações do projeto APRISCO. Com a participação do SEBRAE/BA, com vistas a

qualificar os produtores rurais envolvidos com ovinocaprinocultura, foram realizados inúmeros cursos voltados para gestão e organização, seminários, planejamento participativo, cooperativismo e associativismo, oficinas e várias reuniões.

A princípio foi constituído grupo gestor para melhor representar as associações de pequenos produtores rurais da comunidade de Barra Bonita e região, denominado Instituto de Fomento à Ovinocaprinocultura (Icó). A partir de então, todas as decisões passaram a ser tomadas de forma consorciada sob a orientação do grupo gestor que representava todas as comunidades da região circunvizinha à comunidade de Barra Bonita, beneficiárias do projeto.

Com intuito de obter conhecimento e experiências bem sucedidas em outras localidades, um grupo de produtores rurais solicitou ao SEBRAE/BA que promovesse esse intercâmbio entre produtores rurais. Atendida tal solicitação, constituiu-se uma comissão para visitar outras localidades onde eram desenvolvidos outros projetos envolvendo a ovinocaprinocultura na região semiárida.

Nos intervalos das viagens, o grupo gestor reunia os produtores rurais para promover a difusão do conhecimento e o armazenamento de informações. Em entrevista com o presidente do grupo gestor, o mesmo destacou a importância das visitas técnicas:

“Conhecemos várias fazendas, laticínio, abatedouro frigorífico, unidades de embutidos e defumados, entre outros. O trabalho realizado com o aproveitamento do couro para artesanato em Monteiro, na Paraíba, foi o que mais me impressionou. Pretendemos implantar na fazenda o que vimos de melhor”.

Após a visita técnica à Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente (APAEB) que os produtores rurais de Barra Bonita e região decidiram pela implantação de uma fazenda-escola, transformando-a num modelo de exploração racional da ovinocaprinocultura, considerada uma das principais atividades econômicas da região semiárida, atuando como unidade de referência tecnológica para região e para outras regiões do País, com objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e a inclusão social dos atores envolvidos.

Com vistas à elaboração do projeto e à captação de recursos, o grupo gestor, em parceria com o SEBRAE/BA, inicia a prospecção de recursos e de novas parcerias para iniciar a implantação da fazenda-escola.

No entanto, a expectativa entre os produtores rurais era grande; vários questionamentos surgiram. Como iriam comprar uma terra que não seria deles? De que forma se beneficiariam, já que a fazenda-escola seria uma organização comunitária e sem fins lucrativos? Como funcionaria?

O desafio maior para o grupo gestor era obter uma maior adesão de produtores ao projeto, pois precisavam da colaboração de todos para adquirirem a terra para implantação da fazenda-escola. Com intuito de aumentar o número de adesões ao projeto, várias visitas foram realizadas a vários lugares. Apesar das inúmeras respostas negativas, muitos produtores acreditavam que isto era um sonho impossível, visto que muitos deles tinham desistido e encontravam-se resignados à própria sorte.

Finalmente o grupo de produtores rurais encontraram uma propriedade abandonada, conhecida como fazenda Caichão. Distante três quilômetros da comunidade de Barra Bonita, possuía localização privilegiada, pois estava num local central próximo às demais comunidades, e que

atendia perfeitamente aos objetivos propostos pelo grupo gestor. Tal propriedade representava a oportunidade de materializar o sonho dos produtores rurais da comunidade Barra Bonita e região.

Aqueles que acreditavam no projeto, se reuniram através das associações e promoveram atividades para angariar recursos para aquisição da referida propriedade. Quando em setembro de 2004 conseguiram captar recursos suficientes, cerca de R\$ 22.000,00, para garantir a compra da fazenda Caichão para dar início ao projeto idealizado pelo grupo gestor. Como afirmou Carlos Robério dos Santos Araújo (SEBRAE, 2006), líder estadual do projeto do projeto Cabra Forte.

“Aqui estamos colocando em prática a organização e união dos produtores. Com boa vontade e espírito de cooperação, poderemos realmente mudar a vida no semiárido”.

A fazenda Caichão transformou-se em fazenda Icó. Como pode ser observado na figura 2, a propriedade possui uma área de 400 hectares e tem finalidade educacional, sendo considerado o local onde as instituições de pesquisa e extensão agropecuária, como EMBRAPA/Semiárido, IRPAA, EBDA, ADAB e outras, podem desenvolver modernas técnicas para promover o desenvolvimento da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura na região.



Figura 3: Localização da Microrregião de Juazeiro e do APL da fazenda Icó no município de Juazeiro-BA
Fonte: pesquisa de campo; elaboração próprio autor, 2013

A fazenda Icó vem atuando como catalizador na difusão do conhecimento para produtores rurais de 39 comunidades localizadas no seu entorno, sendo beneficiados com a transferência de tecnologia para aplicar em suas respectivas propriedades com vistas a promover o desenvolvimento sustentável da ovinocaprinocultura no município de Juazeiro-BA.

As instituições de pesquisa e extensão comprovaram, através de estudos realizados, que a criação de caprinos e ovinos com uso de métodos tradicionais, o uso de grandes extensões de terra, onde os animais são criados soltos, a falta de controles fitossanitários, características típicas dos produtores rurais, demonstram resultados insatisfatórios.

Os produtores rurais da comunidade de Barra Bonita e região, a partir dos conhecimentos adquiridos na fazenda Icó, passaram ter acesso às modernas técnicas de manejo da pastagem e reprodução, melhoramento genético, uso racional da água e beneficiamento da produção.

A partir da proposta idealizada, planejada, executada e gerida pelo grupo gestor, como já foi dito anteriormente, a fazenda Icó atende 39 comunidades, beneficiando 1.761 moradores residentes em seu entorno, organizados em 24 associações. O atividade da ovinocaprinocultura é a principal fonte de renda da localidade, é gerida e orientado por conselho deliberativo constituído pelas instituições parceiras financiadoras, com intuito de garantir a sustentabilidade do projeto.

A fazenda-modelo conta em sua infraestrutura com minifazenda, abatedouro de aves, alojamentos para técnicos e visitantes, rádio comunitária, sala de reuniões e área de lazer. A ideia do projeto foi tão bem sucedida que conseguiu atrair novas instituições parceiras como o Governo do Estado da Bahia, Fundação Banco do Brasil e SEBRAE/BA. Inicia-se então a primeira etapa do projeto.

Desde início, a proposta apresentada pelos produtores rurais foi aceita pelo Governo do Estado. O projeto foi inserido no programa Cabra Forte, programa este que é voltado para promover o desenvolvimento local, mediante garantia do fornecimento de água voltado para o consumo animal, difusão de tecnologias testadas e aprovadas pelas instituições de ensino, pesquisa e extensão, implantadas em mais de 50 municípios baianos, chega à fazenda Icó, através da assistência técnica orientada pela EBDA.

A participação do SEBRAE/BA se deu através da realização de cursos voltados para o fortalecimento das práticas e das organizações cooperativas, mediante incentivo a divulgação da educação cooperativistas entre os produtores rurais, além de promover cursos de empreendedorismo e liderança.

A FBB estabeleceu convênio com o grupo gestor da fazenda Icó, e realizou um aporte de recursos da ordem de R\$ 250.000,00 destinados à melhoria da infraestrutura existente, foram construídos cerca externa e pórtico de entrada, centro de reprodução e assistência técnica, envolvendo máquinas e equipamentos, casa do trator, garagem, depósito e almoxarifado e dois apriscos para 100 animais.

Outras instituições também contribuíram para a consecução do projeto, a exemplo da CERB que foi responsável pela instalação de três poços artesianos, a CAR disponibilizou um trator com implementos agrícolas para recuperação da barragem existente na propriedade, além da construção de uma barragem subterrânea e a SEAGRI destinou recursos para instalação de um apiário e casa de mel.

Em parceria com a EBDA, coube à organização não governamental Winrock Internacional a implantação de um sistema de biodigestão do esterco da criação de caprinos e ovinos, que contou

também com a colaboração da UNEB, UNIVASF, CNPQ e da Prefeitura Municipal de Juazeiro, que ficou responsável pela manutenção e conservação das estradas e demais vias de acesso à fazenda Icó.

Em contrapartida, coube ao grupo gestor a construção de dois apriscos e da cerca perimetral, bem como a área destinada para apicultura e as benfeitorias do terreno destinado para alimentação dos animais.

A fazenda Icó alcançou resultados positivos em alguns indicadores. Houve redução de 60,0% no índice de mortalidade do rebanho da região, graças ao trabalho desenvolvido pela equipe técnica da unidade móvel de controle da verminose, coordenada pela EBDA. Em 2006, a fazenda passou a contar com laboratório próprio para realização de exames parasitológicos.

Através do Banco do Brasil, iniciou-se processo de triagem para identificar produtores rurais interessados em acessar linhas de crédito, bem como de educadores voluntários e alunos, para implantação do programa BB Educar para realizar a alfabetização dos produtores rurais e demais membros da família.

Foram reunidos esforços no sentido de levar água e energia elétrica para todas as comunidades abrangidas pela fazenda Icó, com o Programa Luz para Todos. Isto se deu através de ação conjunta envolvendo o BB, por intermédio do seu programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), e dos governos federal, estadual e municipal.

Atualmente, a fazenda Icó atende 500 famílias de agricultores familiares, cuja principal fonte de renda é oriunda da ovinocaprinocultura; o sistema de produção mais utilizado é o extensivo, denominado de “fundos de pasto” (áreas de caatinga de uso comum); e conta com rebanho de caprinos de 44 mil cabeças, com densidade de 88 cab/produtor, e de ovinos com 33 mil cabeças, com densidade de 66 cab/produtor.

5. OBSTÁCULOS AO DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA OVINOCAPRINOCULTURA

5.1 A falta de coordenação institucional

O desenvolvimento da atividade da ovinocaprinocultura juazeirense favoreceu o surgimento de inúmeras instituições técnicas de apoio e fomento visando estimular e promover o desenvolvimento da cadeia produtiva local. O mesmo ocorre em outras regiões do Brasil. Entretanto, isto não está sendo suficiente para alavancar este desenvolvimento, visto que em tais instituições as ações são desenvolvidas de forma isolada. O setor carece de uma coordenação institucional que seja

capaz de coordenar todas as ações que envolvem as atividades da ovinocaprinocultura local. Esta ausência de cooperação, entre os elos e as instituições constitutivas da cadeia produtiva, acabam por resultar num reduzido número de dados e informações acerca das atividades desenvolvidas pela ovinocaprinocultura de modo geral.

[...] o setor não produz dados de mercado suficientes e estatísticas não são agilmente disseminadas entre os elos da cadeia produtiva. A utilização de dados e estatísticas, assim como a coleta e manutenção dos registros de produção por parte dos produtores, não é estimulada no país o que compromete a sustentabilidade do produtor e o desenvolvimento de forma equilibrada para todo o setor. (SEBRAE MDIC, 2013).

Devido à falta de uma coordenação institucional, o conjunto de ações, ora promovido pelas instituições constitutivas da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura, tem limitado seus resultados, bem como a distribuição de seus benefícios para os demais elos que constituem o setor, com efeitos para a sociedade em geral.

5.2 Integração da cadeia produtiva

No Brasil, o rebanho de ovinos é criado em diversos estados brasileiros, concentrando-se nas regiões Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-oeste. Destaque maior fica com a Bahia que é considerada a maior produtora de ovinos e caprinos do País. Apesar disso, os maiores produtores de ovinos no Brasil estão localizados no Rio Grande do Sul.

Isto se dá porque a cadeia produtiva se desenvolve através de projetos individuais e isolados, que não atendem a um plano global para o setor, tornando os esforços realizados em projetos de baixa capacidade de inclusão ou aderência de produtores similares até da mesma região. (SEBRAE MDIC, 2013)

Ao longo da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura em Juazeiro-BA, o baixo número de empresas responsável pelo processamento também constitui-se um entrave para o desenvolvimento da atividade. Durante a pesquisa pode-se estimar que aproximadamente que 90% dos abates são realizados em péssimas condições fitossanitárias e de forma clandestina, sem qualquer tipo de controle sanitário, dificultando a inserção nos mercados consumidores dos produtores oriundos da cadeia produtiva da caprinovinocultura.

Esse cenário provoca uma baixa produção de informações seguras e revela a predominância na distribuição e comercialização de produtos derivados de ovinos e caprinos oriundos de animais sem registros de produção de abate, condição que enfraquece todos os elos da cadeia produtiva no País. (SEBRAE MDIC, 2014).

5.3 Perfil e participação da indústria

A indústria frigorífica local tem pouca participação no desenvolvimento da atividade da caprinovinocultura, no que diz respeito a carnes e peles. Tão pouco demonstra interesse em organizar e promover o desenvolvimento da cadeia produtiva local. No Brasil, é reduzido o número de frigoríficos e abatedouros que realizam o abate de ovino, existem somente 3 (três) frigoríficos em toda Região Nordeste que possui o SIF – Selo de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura do Brasil, dos quais um encontra-se em Juazeiro-BA e que se destinam exclusivamente a realizar essa atividade. O custo do abate no frigorífico é elevado o que termina desestimulando o produtor rural, levando-os a continuar praticando o abate clandestino.

No Brasil estima que 90% do abate de ovinos e caprinos na região Nordeste sejam realizados fora das estruturas formais (abate clandestino). O produto é encontrado em açougues e barracas de feiras sem nenhuma garantia de qualidade, provenientes de processos de produção, transformação e comercialização fora dos padrões de inocuidade. (SEBRAE MDIC, 2014).

No Brasil, produz-se anualmente aproximadamente 51 toneladas de carne de ovino, com preço médio de US\$ 3,50 por kilo, alcançando faturamento da ordem de US\$ 180 milhões, equivalente a cerca de 0,2 do PIB Agropecuário do Brasil em 2012. Estudos realizados pelo SEBRAE MDIC (2013) revelam que 120 toneladas são consumidas no Brasil.

5.4 Mercado doméstico e incentivo ao consumo

No Brasil, estima-se que o consumo de carne ovina seja de 0,700g por habitante por ano, bem aquém dos 28kg de carne de frango e dos 35kg de carne bovina por pessoa consumida anualmente.

Embora seja crescente a oferta de carne de ovinos em pontos de consumo direto, tais como bares e restaurantes, contrapondo-se a essa tendência, a baixa oferta de produtos mais elaborados, como cortes especiais e carne resfriada, voltados para atender as redes varejistas e os principais canais de distribuição no País, constituindo-se uma dificuldade para promover a inserção dos produtos oriundos da ovinocaprinocultura.

Ainda segundo os estudos do complexo da ovinocaprinocultura, a falta de ações de promoção de consumo de produtos derivados da ovinocaprinocultura brasileira junto à classe média, sobretudo nas grandes cidades, que promovam informações ao consumidor sobre as qualidades nutricionais diferenciadas dos produtos derivados de ovinos e caprinos impede o aproveitamento do potencial de mercado instalado no Brasil como é realizado pelas cadeias produtivas de frango e suínos, por exemplo. (SEBRAE MDIC, 2013).

Ainda com relação ao mercado doméstico, a carência de informações acerca do consumo e do mercado, atrelado à dificuldade em se obter essas informações pelos atores envolvidos na ovinocaprinocultura do País, dificultam a elaboração e implementação de estratégias eficazes para

o desenvolvimento de um portfólio de produtos capaz de agregar valor aos produtos oriundos da ovinocaprinocultura, tendo por objetivo a inserção desses produtos junto aos principais mercados consumidores.

5.5 Sistema de produção e sanidade animal

No que diz respeito às técnicas de manejo, ao uso de fertilizantes, de suplementos e de ração para consumo dos rebanhos de ovinos e caprinos, pode-se afirmar que, no Brasil, a cadeia produtiva da ovinocaprinocultura apresenta formas variadas de produção. A produção nacional desenvolve-se nas mais diversas regiões brasileiras apresentando especificidades. Como exemplo, as Regiões Sul e Nordeste, onde os principais criadores apresentam resultados diferenciados quanto à rentabilidade e produtividade do rebanho.

Tais diferenças de resultado entre as regiões, não se encontram vinculadas apenas às características edafoclimáticas e geográficas regionais, mas, principalmente pela baixa capacitação técnica dos recursos humanos, e pela dificuldade de acesso à informação e estatísticas, recursos tecnológicos e financeiros para promoção e desenvolvimento da atividade. (SEBRAE MDIC, 2014).

Uma grande parte dos criadores envolvidos com caprinovinocultura no Brasil sofre com o ataque de predadores, com o roubo de animais, além de conviver com elevados níveis de mortalidade e a profilaxia do rebanho, sendo o combate e a erradicação da febre aftosa o maior desafio, sobretudo na Região Nordeste.

No Brasil ainda não existe um programa que vise promover o melhoramento genético do rebanho, mas ações pontuais e isoladas, que terminam dificultando a padronização e elaboração de produtos oriundos da ovinocaprinocultura com qualidade superior, com isto a cadeia produtiva não consegue manter regularidade no atendimento à demanda dos mercados consumidores. A falta de padronização e das carcaças, com cortes e peças desuniformes, termina dificultando a ampliação dos mercados e a melhoria do preço de venda dos produtos oriundos da cadeia produtiva.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa pode-se concluir que a organização em APL da cadeia produtiva existente possibilitará a elaboração e implementação de um plano de ações desenvolvidas para o mercado consumidor nos principais centros de consumo, com ações de ativação de compra

dos produtos derivados da ovinocaprinocultura juazeirense, visto que propiciará ampliação de novos mercados, posicionando as principais características dos produtos, permitindo melhores preços e conseqüentemente melhor rentabilidade nos processos de produção, processamento e comercialização dos produtos.

Apresentar ao mercado consumidor um portfólio de produtos superiores, embalados com atributos mercadológicos necessários a cada produto, permitindo o crescimento e desenvolvimento para todos agentes econômicos envolvidos na cadeia produtiva da ovinocaprinocultura do município de Juazeiro-BA, através de planos de comunicação eficientes, estratégias de promoção que ofereçam aos consumidores acesso fácil aos produtos. Realizar ações de orientação mercadológica em todos os níveis, criação de marcas, estratégias de acesso a mercados e grupos de consumo nos principais centros do país.

A utilização dos conhecimentos provenientes do estudo de mercado nacional sobre consumo de produtos derivados da ovinocaprinocultura servirá como base de inteligência competitiva para orientação de ações mercadológicas e comerciais e com segurança e menores custos para cada elo da cadeia produtiva.

No caso específico de criação de ovinos e caprinos em Juazeiro, é importante também que se desestimule a prática do abate informal e que seja feita uma revisão das legislações tributária, fiscal e sanitária com vistas a promover o desenvolvimento ovinocaprinocultura local.

A ovinocaprinocultura no município de Juazeiro apresenta características idênticas àquelas praticadas ao longo dos demais municípios que formam o território de identidade do Sertão do Francisco-BA. Problemas relacionados à gestão rural dentro das unidades produtivas, baixa nível de qualificação dos produtores rurais e ausência de assistência técnica, e baixa qualidade de produção, destaque para os elementos dentro da porteira, como as condições de infraestrutura produtiva das propriedades rurais, elementos fora da porteira, como melhoramento genético do rebanho, ausência de fomento à atividade leiteira e unidade de terminação face aos fatores climáticos e sazonais.

Diante do atual quadro, com vistas a promover e dinamizar a atividade da ovinocaprinocultura no município de Juazeiro, foi instituído comitê executivo para implementar seguintes ações: i) **reestruturação das unidades produtivas**: mediante processo de educação rural, com intuito de melhorar o modelo de produção atual (práticas tradicionais) com vistas a promover a melhoria da qualidade dos produtos oriundos da ovinocaprinocultura e renda do produtor rural. ii) **recuperação das áreas de caatinga (agrossilvipastoril)**: trata-se da preocupação com as questões ambientais em virtude das modificações implementadas no sistema produtivo da ovinocaprinocultura. A atividade produtiva deve realizar o manejo adequado dos recursos naturais existentes no bioma caatinga. iii) **regularização fundiária**: a posse da propriedade da terra é um dos maiores entraves ao desenvolvimento dos produtores rurais localizados nos oito sub-territórios do município de Juazeiro. A falta de titularidade impõe série de restrições quando se faz necessário o acesso às linhas de crédito ofertadas pelas instituições financeiras do sistema financeiro nacional. iv) **utilização dos recursos hídricos**: embora próximo ao rio São Francisco, é fato recorrente em algumas localidades do município de Juazeiro a ausência de água, que termina prejudicando o desenvolvimento da

atividade em períodos de estiagem. Coube ao comitê estabelecer prioridades, junto às famílias de produtores rurais, com intuito de minimizar os efeitos da estiagem a construção de centros de captação de água. v) assistência técnica e educação rural: para promover o desenvolvimento da ovinocaprinocultura em Juazeiro, é necessário que a educação rural se constitua a base de toda cadeia produtiva, através da implementação de um conjunto de ações com objetivo de promover a qualificação individual do produtor rural e fomento à capacitação técnica e pessoal nos próximos anos.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, D.M.; GERMANI, G.I. **As comunidades de fundo e fecho de pasto na bahia: luta na terra e suas especializações** Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 27, n. 1, jan/abr. 2010.

BENKO, G.; LIPIETZ, A.; *Lés régions qui gagment*. Paris: PUF, 1992.

CAPORALI, Renato. **Metodologia para o desenvolvimento de arranjos produtivos locais: Projeto Promos**. Brasília: SEBRAE, 2004.

CASSIOLATO, José Eduardo; MATOS, Marcelo Pessoa; LASTRES, Helena M.M.. **Arranjos produtivos locais: uma alternativa para o desenvolvimento: experiências de política**. Rio de Janeiro: E-papers, 2003.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: IGLU: FAPESP, 2007.

HAGUENAUER, L. e PROCHNIK, V. **A Delimitação de Cadeias Produtivas na Economia do Nordeste**, capítulo 2 de HAGUENAUER, L. & PROCHNIK, V. (orgs.) **Identificação de Cadeias Produtivas e Oportunidades de Investimento no Nordeste do Brasil**, Banco do Nordeste, Fortaleza, 2000.

H.M.M; Cassiolato, J.E.e Maciel, M.L. (orgs) **Pequena empresa:cooperação e desenvolvimento local**. 1.ed. Relume Dumará Editora:Rio de Janeiro, 2003.

IBGEa. **Mapeamento das Unidades Territoriais**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_geo/busca_frame.php?palavra=biomas/>. Acesso em 24/10/2011.IBGE. Produção Agrícola Municipal. Sistema IBGE de recuperação automática - SIDRA. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em 24/09/2016.

LIMA, R.G.S.; BAIARDI, A. **Estratégias de Sobrevivência dos Pequenos Caprinocultores do Semi-Árido Baiano**. Cruz das Almas: Universidade Federal da Bahia, 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) – Universidade Federal da Bahia, 2001.

REDESIST. Arranjo Produtivo Local: uma nova estratégia de ação para o SEBRAE. In: CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena M.M. **Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais**. Rio de Janeiro: UFRJ, IE, nov, 2003, 29 p.

SEBRAE/PB – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA DO ESTADO DA PARAÍBA. **Relatório final**. Estudo do complexo ovino-caprino objetivando o desenvolvimento do complexo agro-industrial de produtos da ovinocaprinocultura no Brasil em arranjos produtivos locais. João Pessoa: SEBRAE, 2013, 263 p.

SAMPAIO, Yony; FILHO, R.A.M.; VITAL, Tales. **Território e desenvolvimento econômico no Brasil: arranjos produtivos locais em Pernambuco**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, S. B. M. **Estudos sobre dinâmica territorial, ambiente e planejamento**. João Pessoa: Editora Grafset, 2011.

VASCONCELOS, Flávio C; GOLDSMIDT, Rafael, G. B; FERREIRA, Fernando C. M. **Arranjos Produtivos**. **Revista GV Executivo**. Vol. 4, nº 3, p.18-21. ago / out 2005.

VÁSQUEZ-BARQUERO, Antonio. **Endogenous development: networking, innovation, institutions and cities**. London: Routledge, 2002.